

## Convite para apresentação de proposta

### Consulta Prévia N.º 36/2025

Aquisição de serviços de eletricidade para apoio a eventos a realizar durante o ano de 2025

Tomar, 01 de abril de 2025

## ÍNDICE

1- Identificação do Procedimento .....	3
2- Objeto do procedimento.....	3
3- Entidade Adjudicante.....	3
4- Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
5- Fundamentação da escolha da consulta prévia .....	3
6- Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	3
7- Preço base .....	3
8- Preço da proposta anormalmente baixo .....	3
9- Documentos que constituem a proposta: .....	3
10- Propostas variantes .....	4
11- Prazo de apresentação das propostas.....	4
12- Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta .....	4
13- Critério de adjudicação .....	4
14- Negociações.....	4
15- Critério de desempate na avaliação das propostas.....	4
16- Caução .....	4
17- Documentos de habilitação.....	4
18- Prazos para apresentação dos documentos de habilitação .....	5
19- Despesas e encargos para celebração do contrato .....	5
20- Legislação aplicável.....	5
ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	6
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP] .....	6
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO .....	7
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP] .....	7

---

**1- Identificação do Procedimento**

Consulta prévia n.º 36/2025 - # 354442

**2- Objeto do procedimento**

Aquisição de serviços de eletricidade para apoio a eventos a realizar durante o ano de 2025

**3- Entidade Adjudicante**

Município de Tomar - Praça da República 2300-550 Tomar  
**NIPC 506 738 914**

Telefone: 249 329 800 / 249 329 806

Email: [contratacaopublica@cm-tomar.pt](mailto:contratacaopublica@cm-tomar.pt)

**4- Órgão que tomou a decisão de contratar**

Presidente da Câmara, por despacho, emitido no exercício de competência própria n.º 184/DF/2025, de 01 de abril de 2025.

**5- Fundamentação da escolha da consulta prévia**

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. c), do CCP.

**6- Órgão competente para prestar esclarecimentos**

Júri

**7- Preço base**

65.350,00€, não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo o valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar e limita o preço contratual.

**8- Preço da proposta anormalmente baixo**

Não se aplica.

**9- Documentos que constituem a proposta:**

1. Declaração emitida conforme modelo Anexo I;
2. Documentos conforme previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos;
3. Preço total e preços unitários, que não devem incluir o IVA.

---

**10- Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de propostas variantes.

**11- Prazo de apresentação das propostas**

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser entregues até às 23:59 horas do dia 10 de abril de 2025.

**12- Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt) .

**13- Critério de adjudicação**

O critério da proposta economicamente mais vantajosa tendo em conta o seguinte fator:

- Preço (100%)

**14- Negociações**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

**15- Critério de desempate na avaliação das propostas**

Sorteio.

**16- Caução**

Não será exigível a prestação de caução.

**17- Documentos de habilitação**

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do Convite;
2. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontram nas situações previstas nas alíneas d) e e) do art.º 55.º do CCP;
3. Certificado do registo criminal da empresa e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a

comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.

#### **18- Prazos para apresentação dos documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo máximo de 5 dias após a notificação da adjudicação.
2. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º, deve ocorrer no prazo de 2 dias.
3. A audiência prévia do adjudicatário relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 dias.
4. O incumprimento da entrega dos referidos documentos, no prazo fixado, pode constituir contra-ordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do CCP.

#### **19- Despesas e encargos para celebração do contrato**

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **20- Legislação aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

## **ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro

aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (⁴)].

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

## **ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(5)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(6)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(7)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(8)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de

privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(9)</sup>].

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>9</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º